



Murillo de Aragão

Advogado, mestre em ciência política e doutor em sociologia pela Universidade de Brasília (UnB) e pós-doutor pela Universidade de Salamanca, na Espanha

Anatomia de uma crise sistêmica: a erosão institucional brasileira no século XXI

A evolução da confiança institucional no Brasil ao longo deste século revela um padrão estrutural persistente e preocupante: instituições não políticas concentram credibilidade enquanto órgãos representativos amargam desconfiança crônica. Esse fenômeno configura o que pode ser identificado como “paradoxo democrático brasileiro” – alta adesão normativa ao regime convivendo com baixíssima satisfação com seu funcionamento efetivo.

O Índice de Confiança Social, série iniciada em 2009 pelo Ibope e mantida pelo Ipec, demonstra que o Corpo de Bombeiros lidera o *ranking* pela 15ª vez consecutiva, com 87 pontos numa escala de zero a 100. As Forças Armadas mantêm média histórica elevada, com índices acima de 70% ao longo da série. As igrejas completam o pódio das instituições mais confiáveis. Na outra ponta, partidos políticos e Congresso Nacional ocupam permanentemente as últimas posições. Desde 2009, os partidos nunca ultrapassaram 34 pontos. O

Latinobarômetro registra deterioração ainda mais dramática: enquanto em 1995 17% confiavam nos partidos, em 2017 esse percentual despencou para apenas 6%.

O período 2013-2018 marcou o ponto mais baixo da confiança institucional, coincidindo com os protestos iniciados em São Paulo, a Operação Lava Jato e a crise política que culminou no *impeachment* de Dilma Rousseff. A confiança no Judiciário caiu de 34% em 2013 para 24% em 2017, queda de dez pontos percentuais. Em 2018, a confiança nos partidos atingiu a menor taxa da série histórica: 12%. Houve recuperação parcial a partir de 2023 – o Congresso alcançou pela primeira vez 40 pontos no índice, e os partidos atingiram o maior patamar em 15 anos. Contudo, os níveis permanecem muito abaixo dos registrados entre 2009 e 2012, quando a Presidência alcançava 69 pontos.

Fenômeno recente agravou o quadro: a polarização da própria confiança. Entre eleitores de Lula, 73%

confiam no STF; entre eleitores de Bolsonaro, 76% desconfiam da mesma Corte. A confiança deixou de ser indicador objetivo de credibilidade institucional para se transformar em reflexo da polarização político-eleitoral. As consequências são profundas: cerca de 41% dos brasileiros aceitariam que um presidente passasse por cima das leis e instituições, e parcela similar acredita que a democracia pode funcionar sem partidos ou Congresso. Vale registrar que a erosão da confiança em instituições representativas não é fenômeno exclusivamente brasileiro – Estados Unidos, França e Itália experimentam tendência semelhante –, mas a intensidade e a recorrência das crises conferem ao caso brasileiro gravidade de particular.

Os marcos da erosão

A desconfiança nas instituições não emerge do vazio. Decorre de uma trajetória histórica pontuada por momentos críticos que, em sua recorrência, deixaram de configurar exceções para se tornarem padrão. Dois *impeachments* presidenciais em pouco mais de duas décadas, quatro ex-presidentes alcançados pela persecução penal, sucessivos megasquemas de corrupção, hiperjudicialização da vida social e o avanço territorial do crime organizado compõem um quadro que permite sustentar a tese de crise sistêmica do arranjo político-institucional brasileiro.

Constitucionalmente, o *impeachment* é pensado como válvula de segurança excepcional, reservada a situações em que o presidente viola gravemente a lei ou a Constituição. Quando o país aciona esse dispositi-

vo duas vezes em intervalo tão curto – contra Fernando Collor em 1992 e contra Dilma Rousseff em 2016 –, com forte contaminação dos processos por disputas de poder, barganhas parlamentares e cobertura midiática polarizada, o sinal emitido é inequívoco: um sistema incapaz de administrar conflitos dentro da normalidade democrática.

Entre 2018 e 2025, Luiz Inácio Lula da Silva, Michel Temer, Fernando Collor de Mello e Jair Bolsonaro experimentaram alguma forma de prisão ou restrição de liberdade. A imagem é poderosa: quase todo o arco recente de ocupantes do Planalto foi alcançado pela persecução penal. Do ponto de vista republicano, há argumento positivo – a demonstração de que a lei vale para todos. Mas quando isso ocorre em sequência, o efeito simbólico se inverte. O cidadão comum tende a enxergar não um sistema de justiça robusto, mas uma elite política profundamente corrompida e um Judiciário instrumentalizado na guerra entre facções institucionais.

A expansão do Judiciário

Nesse cenário de fragmentação, o desenho clássico de separação de poderes foi sendo substituído por uma dinâmica de confronto permanente entre Executivo, Legislativo, Judiciário, Ministério Público e órgãos de controle. Se o Legislativo se mostra fragmentado e dependente de coalizões instáveis, o Judiciário passou a ocupar espaços típicos da política, decidindo sobre orçamento, políticas públicas e reformas estruturais. A fronteira entre interpretar a Constituição e legislar tornou-se nebulosa.

O ativismo judicial brasileiro tem

três ícones recentes: a Operação Lava Jato, o julgamento dos atos golpistas de 8 de janeiro de 2023 e o Inquérito das Fake News. Nos processos sobre os ataques de 8 de janeiro, o STF julgou diretamente centenas de réus, aplicando penas severas por crimes como tentativa de golpe de Estado e abolição violenta do Estado Democrático de Direito. Do ponto de vista da defesa da ordem democrática, essa atuação é apresentada como indispensável. Mas, ao concentrar tanto poder numa única Corte – que investiga, recebe denúncias, julga e dosifica penas –, o sistema se expõe à crítica de hipertrofia judicial.

O Inquérito das Fake News leva esse dilema ao limite. Aberto em 2019 para investigar ameaças e campanhas de desinformação contra ministros do STF, sem provocação do Ministério Público, permanece em curso mais de seis anos depois – duração raríssima para um inquérito judicial. Para críticos, simboliza fusão indevida de funções, com o STF sendo simultaneamente vítima, investigador, acusador e julgador. Para defensores, constitui resposta excepcional a ataque coordenado à democracia.

Importa reconhecer, contudo, que a expansão do Judiciário não ocorreu no vácuo. Resultou, em boa medida, da incapacidade dos demais poderes de processar conflitos e produzir decisões estáveis. Partidos políticos, entre 2014 e 2024, ajuizaram mais de 800 ações questionando leis aprovadas no Congresso e decisões do governo. A hiperjudicialização é tanto sintoma quanto causa da disfunção sistêmica. O Brasil mantém cerca de 80 milhões de processos em tramitação – volume que, proporcionalmente à população e à ca-

pacidade do sistema judiciário, não encontra paralelo entre democracias consolidadas. Execuções fiscais levam em média oito anos para conclusão. Quando o cidadão percebe que o Estado leva uma década para resolver caso simples, a legitimidade do sistema é corroída em sua base.

O crime organizado como sintoma

No campo da segurança pública, o quadro combina dois movimentos aparentemente contraditórios: redução das taxas de homicídio em nível nacional e expansão territorial do crime organizado. Em 2023, o país registrou a menor taxa de homicídios em mais de uma década – cerca de 21,2 por 100 mil habitantes –, ainda assim muito acima do limite considerado aceitável pela OMS.

Simultaneamente, facções como o Primeiro Comando da Capital e o Comando Vermelho se consolidaram como organizações de alcance nacional e internacional. O PCC opera em ao menos 28 países. Na Amazônia Legal, segundo levantamentos de órgãos de segurança, expressivo número de municípios encontra-se sob disputa ou influência de facções criminosas. O crime organizado infiltra-se em economias legais – combustíveis, biocombustíveis, mineração –, operando esquemas bilionários de lavagem de dinheiro e fraude tributária.

A venda de produtos derivados do tabaco no Brasil ilustra a presença do crime organizado na economia cotidiana. O comércio ilegal de cigarros, alimentado por contrabando em larga escala e redes criminosas com logística sofisticada, domina fatias inteiras

As instituições brasileiras
existem, a Constituição
permanece em vigor,
eleições ocorrem com
ampla participação, a
imprensa é plural e a
sociedade civil segue ativa

do mercado nacional. Esse ambiente cria um circuito perverso: o Estado perde bilhões em arrecadação, empresas regulares enfrentam concorrência predatória e o crime organizado amplia suas fontes de financiamento. O que deveria ser mercado regulado transformou-se em vetor de expansão das facções.

O Estado reage com megaoperações espetaculares e transferências de lideranças para presídios federais. Mas, nos territórios, o que comunidades percebem é alternância entre ausência estatal, presença policial episódica e domínio estável das facções sobre serviços e regras de convivência.

Crise, não colapso

Somando esses elementos – *impeachments* sucessivos, ex-presidentes presos, corrupção sistêmica, ativismo judicial controverso, hiperjudicialização e avanço do crime organizado –, é possível identificar crise sistêmica em três dimensões. Moralmente, porque a repetição de escândalos corrói

qualquer narrativa de exemplaridade das elites públicas. Funcionalmente, porque os mecanismos de decisão operam no limite de sua capacidade. Na confiança social, porque o cidadão passa a olhar para o sistema com ceticismo ou raiva.

Importa, contudo, evitar o excesso semântico. Colapso sugere ruptura, cessação de funcionamento. O que o Brasil experimenta é erosão profunda de legitimidade combinada com disfunção crônica – fenômenos graves, mas distintos. Instituições em colapso não produzem *impeachments* regulares, não prendem ex-presidentes, não julgam centenas de golpistas. Fazem o contrário: deixam de funcionar. As instituições brasileiras existem, a Constituição permanece em vigor, eleições ocorrem com ampla participação, a imprensa é plural e a sociedade civil segue ativa.

O perigo real é a naturalização da crise permanente. Sair desse ciclo exige recuperar a centralidade da política como espaço legítimo de mediação, reconstruir partidos programáticos capazes de canalizar demandas sociais, impor transparência radical ao uso de recursos públicos, reformar o sistema de justiça e enfrentar o crime organizado como problema de Estado. A história recente mostra que as instituições brasileiras são resilientes. A questão que permanece é se serão capazes de aprender com os próprios erros antes que a erosão comprometa a continuidade democrática. ■

Murillo de Aragão escreve a cada bimestre.